

## **SEMINÁRIO REALIZADO EM 25 DE JUNHO DE 2007**

### **PLANO DIRETOR DECENAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Presidência do Sr. Vereador Jorge Felipe, Relator da Comissão.

Às quatorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre, sob a Presidência do Sr. Vereador Jorge Felipe, Relator da Comissão, tem início o Seminário sobre o Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, com o tema: **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E FUNÇÃO SOCIAL**, conforme processo CMRJ 3.469/2007.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Boa tarde a todos! Dou por aberto o Seminário sobre o Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, sobre o tema Desenvolvimento Econômico a Função Social, conforme processo CMRJ 3.469/2007. A Comissão Especial do Plano Diretor Decenal é composta pelos Exmos. Srs. Vereadores Dr. Jairinho, Presidente; Luiz Antônio Guaraná, Vice-Presidente; Jorge Felipe, Relator; Lucinha, Chiquinho Brazão, Nadinho de Rio das Pedras, Aspásia Camargo, Jorge Pereira e Jerominho.

A Mesa dos trabalhos está assim constituída: Vereador Jorge Felipe, presidindo; Exmo. Sr. Secretário Especial de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Dr. Marco Antônio de Moura Vales, à minha esquerda; e, representando o Secretário Municipal de Assistência Social, Dr. Marcelo Garcia Vargens, a Subsecretária Municipal de Proteção Básica e Assistência Social, Sra. Kátia Diniz.

Quanto aos procedimentos, Sr. Secretário e Sra. Subsecretária, habitualmente, cedemos a palavra a V. Exas. para que façam uma exposição a respeito das políticas públicas e das propostas inseridas na Mensagem encaminhada à Câmara Municipal do Rio de Janeiro pelo Sr. Prefeito e, posteriormente, abrimos a indagações, de forma que possamos ver esclarecido todo e qualquer ponto que julgemos necessário. Indago a V. Exas. quem é o primeiro a fazer a exposição. Doutor Marco Antônio de Moura Vales.

O SR. MARCO ANTÔNIO DE MOURA VALES – Permita-me fazer a exposição daqui de baixo porque vou precisar do auxílio...

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Esteja à vontade.

O SR. MARCO ANTÔNIO DE MOURA VALES – Boa tarde a todos! Sr. Presidente, antes de mais nada, quero cumprimentá-lo, bem como o Presidente da Casa, pela realização desse Seminário e de todo o trabalho que vem sendo desenvolvido nesta Casa para a obtenção, finalmente, do Plano Diretor da nossa cidade.

(Exposição com auxílio de imagens)

A Cidade do Rio de Janeiro. Temos aqui no quadro a seção do Plano Diretor que trata de desenvolvimento econômico, científico, tecnológico e da inovação. Essa palavra inovação, hoje, é meio mágica, porque antigamente só se falava em ciência e tecnologia. Mas recentemente, agregou-se esse termo inovação que, na verdade, é a aplicação daquilo que é produzido na comunidade acadêmica que, depois, é transformado em tecnologia e absorvido pelo setor produtivo. Recentemente, resolveu-se incorporar essa expressão “inovação”.

No caso daquilo que trata dessa área, o artigo 188, eu creio, Sr. Presidente, que a proposta já seja de conhecimento de todos. Não há necessidade de fazer a leitura de tudo o que diz aí. Esse artigo 188, que é o primeiro que trata do campo do desenvolvimento econômico, fala sobre os objetivos da política de desenvolvimento econômico, científico e tecnológico.

Seção 2, artigo 189. Aqui ele falava, o 188, dos objetivos. Aí fala das diretrizes, uma série de recomendações que trata das diretrizes. Senhor Presidente, estamos sugerindo que aqui no inciso 4º, que a Casa acolha essa expressão que está em branco “... e empresas...” porque são diretrizes, além das três primeiras, a quarta, “...estabelecer parcerias com universidades e empresas para a implantação de consolidação de incubadoras, parte tecnológica e programas de inovação”. Nós estamos sugerindo a inclusão dessa palavra, porque hoje é muito comum as empresas terem seus setores, departamento de pesquisa e, assim como a comunidade acadêmica pesquisa, as empresas também têm, principalmente aquelas de base tecnológica mais sólida, vêm com seus institutos de pesquisa, contribuindo grandemente, para que o setor público possa trocar experiências.

Aqui continua o Artigo 189. No Inciso 8º, estamos pedindo também a inclusão da expressão “...estabelecer cooperação...”. Cooperação no mundo da ciência e tecnologia e inovação é importante, ainda mais no caso nosso, do setor público. Estamos, então, pedindo que a inclusão dessa frase “...estabelecer cooperação com instituições e organismos internacionais, considerados estratégicos...”. Evidentemente, depois da *Internet*, depois de toda essa rede, o mundo ficou sem fronteiras. Então, essas parcerias são importantíssimas e devemos incluir entre as nossas diretrizes.

Ainda nas diretrizes, a implementação da política econômica. Quanto aos programas que a implementação da política econômica e o desenvolvimento científico e tecnológico, pedimos também que seja no Inciso 5º acrescentado “...compreenderá programas de apoio ao estudo, à pesquisa, à difusão científica e à inovação, proporcionando, inclusive, incentivos à cooperação técnico-científica nacional e internacional”. Pedimos também a inclusão dessa expressão, pois achamos importante essas alterações. A Secretária de Desenvolvimento Econômico vai solicitá-las formalmente a esta Casa, para que sejam incluídas como projeto do Plano Diretor que será aqui discutido e votado.

A Cidade do Rio de Janeiro. Vamos falar um pouco sobre o que se pensa em termos de desenvolvimento econômico e tecnológico da cidade. A Cidade do Rio de Janeiro, naquilo que se refere à formação urbana da cidade, só se começou a pensar, mesmo, a partir do Século XIX. Antes disso, a cidade era meio confinada à essa parte do Centro da Cidade. Havia, naquela época, o Morro de Santo Antônio, o Morro do Castelo, o Morro de São Bento, enfim, aquilo que apertava a população e ela residia mais aqui no Centro da Cidade.

Pessoas ricas e pobres, a maior parte da população do Rio, naquela época, antes do Século XIX era de escravos e havia poucos tentáculos para outras regiões da cidade. Esses tentáculos para outras regiões eram pequenos. Para a Zona Sul, para a Zona Norte, Zona Oeste, não havia os meios de locomoção, que eram praticamente sobre animais. Então, a cidade ficava confinada, mesmo, nessa parte central.

A partir da vinda – é bom sempre falar um pouquinho sobre a história, acho que precisamos entender a formação urbana da nossa cidade – a partir da vinda da Família Real, em 1808, necessidades foram apresentadas, apareceram, e a preocupação. Construiu-se uma série de prédios e aí o Rio de Janeiro começou a se alargar. O seu universo começou a se alargar. Veio o bonde puxado a burros, o que já deu mais mobilidade para a população, principalmente em relação à Zona Sul, para onde foram as pessoas de maiores posses.

A Capital, antes disso, que era em Salvador, em 1763 vem transferida, *manus militari*, o Ministro Marquês de Pombal transferiu a Capital de Salvador para o Rio de Janeiro. A Família Real estava aqui. Depois, veio a Independência, a Proclamação da República. Com a Proclamação da República, a Cidade do Rio de Janeiro foi confirmada como Capital da República que tinha acabado de ser adotada. No início do século passado, Século XX, começou a revolução, realmente. O Prefeito Pereira Passos fez uma série de melhoramentos na cidade. Na época, entre 1902 e 1906, Pereira Passos fez a Avenida Atlântica, fez a Avenida Beira Mar. Com dinheiro do Governo Federal, da União, aqui era a Capital da República, a União fez aqui a Avenida Rio Branco. E a cidade foi tomando o seu formato.

Depois os governos foram sucedendo, o Prefeito do Rio de Janeiro era nomeado pelo Presidente da República, a Câmara de Vereadores disputava o poder de legislar com o Senado Federal, mas, na verdade, quem mandava mesmo no Prefeito era o Presidente da República, que era quem o nomeava.

Enfim, até chegarmos aos dias de hoje. Esses números são números de 2004. A Cidade do Rio de Janeiro deixou de ser Capital, que foi para Brasília, deixou de ser cidade para ser cidade-estado, durante 15 anos, entre 1960 a 1975. Depois voltou a ser cidade de novo, município, sendo Capital do Estado do Rio de Janeiro. A área do município é de 100.182 quilômetros quadrados. A população atualizada a partir do último censo é de 6.051 milhões. O PIB carioca é de 73 milhões. São dados do IBGE. E o PIB *per capita* é de 12.234.

Aqui temos uma evolução de 2000 a 2004 do PIB da Cidade do Rio de Janeiro, a preços correntes, ou seja, a inflação não está descontada: em 2000, R\$ 57.800 bilhões, foi crescendo. Em 2004, último dado disponibilizado pelo IBGE, R\$ 74 bilhões.

Aqui uma comparação do crescimento do PIB entre São Paulo e Rio, capitais, e o Brasil. O PIB do Brasil em 2000 são bilhões de reais, não deflacionado. O PIB do Brasil, um trilhão, quase um trilhão de duzentos bilhões. São Paulo e Rio lá embaixo. O importante é o seguinte: nessa fase, reparem que o Brasil, entre 2000 e 2004, cresceu 64% . Claro que tem que descontar a inflação. Infelizmente, não cresceu isso tudo. Enquanto o Rio cresceu, também preço não deflacionado, 28% e São Paulo, 26. Reparem que o crescimento das duas maiores cidades do país é pequeno. O Brasil já cresce pouco. São Paulo e Rio cresceram menos ainda. E o Brasil só cresceu 64% porque tem o

agronegócio que não está embutido aí. Nem São Paulo, nem Rio de Janeiro têm...

O SR. MARCO ANTÔNIO DE MOURA VALES – Não, isso tudo é município. A Cidade do Rio de Janeiro e a Cidade de São Paulo.

Então, como nem São Paulo nem Rio têm agronegócio, são cidades com nível de urbanização superior a noventa por cento, o crescimento de Rio e São Paulo é mais ou menos parecido: um, vinte e oito; outros, vinte e seis.

Aqui está um quadro das atividades econômicas. É um quadro interessante, onde temos os setores de atividades. Isso refere-se à Cidade do Rio de Janeiro. Só a Cidade do Rio de Janeiro. As atividades econômicas, os setores das atividades econômicas, o número de unidades em cada uma dessas atividades, as pessoas ocupadas, as pessoas assalariadas e as rendas ou salários em função dessas atividades. Reparem aqui o seguinte: a administração pública, defesa e seguridade social é onde o salário e a renda são maiores. Em 2004 isso gerou de renda nos setores administração pública, defesa e seguridade social oito bilhões de reais. O total de renda esse ano foi trinta e dois bilhões. Oito bilhões de reais!

O segundo setor é atividades imobiliárias, aluguéis, quatro bilhões.

O setor de serviço, aliás setor de comércio, pouco menos de três bilhões de reais, evidentemente pelo fato de o Rio de Janeiro não ser uma cidade que se dedica ao setor primário, pesca, agricultura e outros, foi o que menos teve renda.

Esse não conta, porque são organismos internacionais. Enfim, a Cidade do Rio de Janeiro, então, tem como a sua grande fonte de renda em salários o setor público e aposentados.

Evidentemente, para se obter desenvolvimento econômico, vários fatores concorrem para isso. O desenvolvimento econômico não ocorre apenas pela vontade de alguém. Alguém vai aplicar no Rio de Janeiro e ganhar muito dinheiro. O empresário, o investidor, para vir para cá, quer obter lucros. Ele, então, toma em consideração uma série de fatores. A Cidade tem esse fatores. Mas, no caso do Rio de Janeiro, o que poderá influir no desenvolvimento sustentável? Primeiro – isso tem que ser levado em consideração – o respeito ao meio ambiente. Hoje, não se faz nada em termos de desenvolvimento econômico sem se pensar no meio ambiente. Tem que haver respeito ao meio ambiente. Isso se chama desenvolvimento sustentável. Não podemos gastar todo esse tesouro ambiental que temos, com risco de sacrificar as novas gerações. Temos que gastar o necessário. O desenvolvimento sempre vai trazer algum sofrimento para o meio ambiente. É aquela história de folha que cai na China e dá um som não sei onde. A atividade econômica tem que obter recursos naturais. Então, evidentemente, de alguma forma isso vai acontecer. Mas, temos que procurar fazer o desenvolvimento com o menor preço ambiental possível.

Outro detalhe que temos que levar em consideração em se tratando da Cidade do Rio de Janeiro é a expansão das novas fronteiras. O Rio de Janeiro não tem muito para onde se expandir. Na Zona Sul não tem mais lugar para construir; só se demolir um prédio para construir outro. A Zona da tijuca, também tem dificuldades. Para expandir, a cidade só dispõe, hoje, da Barra da Tijuca, Zona Oeste, Bangu, Campo Grande, Santa Cruz, esses ainda é o que temos disponível para expansão. Evidentemente, temos que levar em consideração o respeito ao

meio ambiente. Então, temos que pensar em expansão para a cidade na Zona Oeste.

Revitalização de áreas degradadas. Temos, hoje, uma série de bairros, de regiões, degradadas, que foram importantes no passado, mas hoje perderam, principalmente aquelas áreas industriais do passado e, com o deslocamento das indústrias, essas áreas foram degradadas, houve invasões de galpões. Notamos isso ao longo da Avenida Brasil, no Jacarezinho. O Jacarezinho, Presidente, é algo terrível. O pessoal fala muito que a indústria saiu de lá porque o bairro se favelizou. Pois é exatamente o contrário. O bairro se favelizou porque a indústria saiu de lá. O espaço estava aberto, a favela cresceu. Então, são áreas que precisam ser recuperadas, para que possam voltar ao setor produtivo.

Ainda com relação a Rio de Janeiro, seu desenvolvimento geral, é simplificação de procedimento para alguém empreender. Fizemos, na Secretaria, recentemente, um levantamento sobre Zona Oeste, sobretudo Santa Cruz e Campo Grande. Percebemos que a grande queixa do empreendedor eram procedimentos para o sujeito poder abrir o seu negócio. Isso é um assunto que já vem sendo bastante discutido, mas é verdade. É uma burocracia extrema. Preocupados com isso, procuramos, naquilo que cabe à Prefeitura, fazer com que alguns desses procedimentos ou fossem eliminados ou, pelos menos, amenizados.

Graças a Deus tivemos sucesso em alguns casos, principalmente na área da CLF, Coordenação de Licenciamento e Fiscalização. A própria Secretaria de Urbanismo entendeu e dotou os órgãos locais de aumento de pessoal, porque também havia esse problema. O sujeito chegava lá e o processo dele demorava porque não tinha pessoal em número suficiente para dar andamento aos processos. Isso é fundamental. Esses procedimentos são fundamentais. Evidentemente, há procedimentos que não dependem do município porque são procedimentos da área do estado e da união. Mas, essa parceria com essas duas esferas de governo é necessário até para que eles também eliminem procedimentos do âmbito dessas instâncias, para que a coisa possa andar.

O transporte. O sistema viário é vital quando se fala de desenvolvimento econômico. O sujeito mora em um lugar, trabalha em outro e, se esse lugar for distante, ele precisa de um sistema de transporte eficiente. A nossa cidade, o nosso município vai ter que pensar com muita seriedade e com muita reflexão que tipo de transporte desejamos oferecer à população, para que alcancemos o desenvolvimento que pretendemos. A Gerdau, por exemplo, no distrito industrial de Santa Cruz, tem um quadro de funcionários que trabalha na Gerdau e mora - geralmente os técnicos mais qualificados - na Zona Sul, na Tijuca e, para que ele se desloque, precisa do carro. A Gerdau, agora, parece-me, colocou ônibus que faz esse transporte. A empresa faz o transporte do seu funcionário. Caso contrário, ele teria que se deslocar de carro pessoal e estaria infernizando mais ainda a Avenida Brasil com congestionamentos. Então, temos que pensar soluções de transporte mais rápidas. Agora mesmo temos percebido que diariamente o Metrô transporta quinhentas mil pessoas, pouco mais do que isso. Todos os dias. O Metrô, agora, está apresentando uma proposta de duplicar o número de pessoas transportadas com a construção da chamada Linha l-A, uma variante que vai de São Cristóvão até a Central do Brasil. Metade da frota para na Estação Estácio; a outra metade não para na Estação Estácio. Vai por essa

variante e todos param na Central. O que tem acontecido, hoje, é o seguinte: o trem para ali, a composição para no Estácio, lota, porque recebe todos os passageiros que vêm da Linha 2 e, quando essa composição para na Central do Brasil, já não entra, ninguém consegue, na Central, pegar o Metrô, porque já saiu lotado do Estácio. Então, a idéia é fazer essa variante, comprando cento e poucos carros, cento e poucas composições. Ou seja, vai duplicar a frota, podendo, então, transportar um milhão de passageiros ao dia. Isso dá um desafogo. A própria Prefeitura está pensando, colocou em licitação, o chamado Corredor T-5, que não é bem um Metrô, o pessoal não gosta que chame de Metrô, mas é um ônibus que vai andar em uma canaleta e viria, em um corredor principal, que iria da Penha até a Avenida Alvorada, na Barra. Quer dizer, são soluções que se procuram, para desafogar o trânsito.

O Metrô, junto à Prefeitura, tem feito os tais integrações: ônibus-metrô, metrô-trem, ônibus-trem. Vamos empurrando com isso, mas temos que pensar seriamente se queremos obter desenvolvimento. Temos que mergulhar na questão do transporte. E a Câmara Municipal, Sr. Presidente, terá um papel muito importante nisso. A história da superposição de linhas de ônibus. Ninguém agüenta mais o mesmo bairro tendo vários ônibus, vindos dos mesmos lugares, indo para os mesmos lugares, uma superposição que não dá para entender. Isso tem que ser pensado.

Habitação. Evidentemente, à medida do possível, o sujeito deve sempre morar perto do seu trabalho. Isso é o ideal. Quando não for possível... Mas a oferta de habitação faz parte do desenvolvimento econômico.

A infra-estrutura urbana. Toda a infra-estrutura, esgoto, água, fornecimento de água, eletricidade, coleta de lixo, enfim, sem isso não há desenvolvimento.

Ninguém vai se estabelecer em um lugar que não tenha luz, que não tenha esgoto. Isso é fundamental.

Eu pulei um negócio, a revisão da legislação urbana. Sr. Presidente, isso é da maior importância. Aquele caso – um exemplo que eu dei – do Jacaré, o Jacaré, no passado, era uma zona industrial, porque lá tinha muitas indústrias. O sujeito que quisesse levantar um edifício, não podia porque tinha que ter, no máximo, três andares. Então, para o mercado imobiliário; o Jacaré, o Jacarezinho, não era interessante. Era para o industrial, porque ele podia montar sua fábrica ali, mas, de repente, essa realidade acabou. A indústria saiu. Não é que o Jacaré não seja bom. É um bairro ótimo, perto do Centro da Cidade, mas na lógica da indústria não é conveniente. Ela prefere ficar ali às margens da Presidente Dutra, nos eixos principais dos centros de consumo.

Então, não tem mais sentido manter uma zona industrial, uma ZI, num lugar que não tem mais vocação para ser zona industrial. Temos que mudar isso, Presidente. Esta Câmara tem um papel importantíssimo nessa mudança. O Prefeito este ano e no ano passado encaminhou algumas propostas, alguns projetos, algumas mensagens, projetos de leis, e muita coisa foi mudada. É o caso de Jacarepaguá, de Campo Grande, mas precisamos ver o que pode ser mudado no caso do Jacaré.

Nós podemos pensar também no caso de Santa Cruz. Santa Cruz tem lotes imensos que não podem ser fracionados porque a legislação não permite. E já podemos, em algumas áreas, modificar o PEU daquele lugar.

Segurança Jurídica: esse é um assunto que depende menos da gente, ou seja, do âmbito municipal. Tem que haver uma tomada de consciência de toda a sociedade, evidentemente, e está mais na esfera federal. Nenhum empresário, nenhum empreendedor vai investir em algum lugar ou em algum setor se ele não tiver segurança jurídica, porque acontece aquilo que se chama mudança na regra do jogo quando o jogo já começou. Infelizmente, Sr. Presidente, nosso país está cheio disso. O sujeito faz o investimento e daqui a pouco não é mais assim, é assado. E todo aquele tempo perdido, todo aquele recurso foi desperdiçado, foi jogado no lixo, porque mudaram as regras do jogo. Infelizmente, isso tem acontecido muito na área federal. E temos, como ente federado, que levar essas nossas angústias para os políticos, mostrar como é difícil a gente chegar ao desenvolvimento.

Plano Estratégico: a partir de 2001, até 2003, 2004, nós pensamos no Plano Estratégico da cidade. Fizemos um trabalho muito amplo por toda a cidade, dividimos a cidade por regiões, doze regiões, e discutimos - uma equipe do Plano Estratégico coordenada pela servidora do quadro permanente, Cecília Castro - com a sociedade, com cada um dos representantes dessas doze regiões, para que se conhecesse o Poder Executivo e a Prefeitura, conhecesse as angústias da população. É claro que nem tudo pode ser feito. Há coisas que você pode fazer a curtíssimo prazo, há outras que você só pode fazer a médio ou longo prazo e há coisas que não se pode fazer nunca. Mas foi um levantamento que levou quase dois anos para ser feito. Depois, aquilo foi enxugado e se chegou no resultado desse Plano Estratégico. E a Prefeitura, o Poder Executivo, tem procurado pautar suas ações nesse Plano. Evidentemente, muita coisa ao longo do tempo tem sido corrigida. Esse Plano chama-se As Cidades da Cidade, porque dividimos a cidade em doze regiões. As doze são essas, na verdade as subprefeituras, na época, em 2001: Barra, Bangu, Jacarepaguá, Tijuca, Zona Sul, Ilha, Leopoldina, Irajá, Senador Camará, Realengo, Jardim Sulacap. Isso aqui são números de 2000. No gráfico, a cor mais clara é onde a renda média é de 3 a 4 salários mínimos, e a cor mais escura é onde a renda é de 7 a 10 salários mínimos. Então, Campo dos Afonsos, é verdade isso, Presidente, é onde a renda média é maior. Sulacap está ali no meio, as outras com renda entre 3 e 4 salários mínimos.

A área dessa região é a região toda de Bangu, Bangu como um todo. A área é de 12.236 hectares e o IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano, é de 0,805. É considerado de médio para alto, está em 10º lugar, em 12º, Presidente, não está muito bem, precisamos melhorar lá. Bangu, como um todo, tem 2.900 estabelecimentos comerciais e empregam 32 mil pessoas. O que Bangu quis na época? Nós perguntamos à população, discutimos com órgãos de classes, associações, e tudo mais, com a comunidade. Bangu disse, Presidente, que queria ser um pólo de eco-turismo e lazer, resgatando suas tradições histórico-culturais e o desenvolvimento do seu potencial industrial. Bangu já foi conhecido como bairro proletário com a fábrica de tecidos. Dentro de muito pouco tempo vai ser inaugurado um shopping lá. O que Bangu quis nessas diversas áreas? Aqui nós temos as diversas estratégias: eco-turismo, projetos de educação ambiental, e vou ser muito rápido nisso, cultura e lazer, revitalizar o setor industrial, comércio e serviços, desenvolvimento tecnológico e expansão de negócios, melhoria das condições de vida. Nós temos estratégias, o que está

em amarelo são as estratégias, e o que está em preto... Aliás, é o contrário: o que está em preto são as estratégias, o que está em amarelo são os objetivos. Aí estão todas as propostas que a comunidade fez. No caso de Bangu, dessa região de Bangu, muitas dessas propostas já foram cumpridas. Quando nós falamos em proposta, são desejos da população, que desejava, em Bangu, ter um shopping. A Prefeitura não pode fazer um shopping em Bangu, mas o shopping está para ser inaugurado. Eu me lembro, e o Presidente há de se lembrar disso, que algumas pessoas queriam que se fizesse um hospital lá, não é, Presidente? Lá na fábrica Bangu. Mas a população não queria um hospital, queria um shopping. E o shopping está lá, pronto para ser inaugurado. Mas em Bangu, além do shopping, nós temos o Mercado Popular de Bangu, que foi feito, está lá; duas escolas padrão; uma ciclovia. A ciclovia foi inaugurada? Não, vai ser iniciada a obra. Uma ciclovia que vai de Bangu a Campo Grande. Foram inauguradas 499 unidades do PAR, em Bangu, Programa de Arrendamento Residencial, que é uma parceria Caixa Econômica-Prefeitura. A Prefeitura entra com o terreno, a Caixa financia para famílias de baixa classe média. Aquilo paga-se a perder de vista.

Em Padre Miguel foi inaugurada uma Vila Olímpica; em Vila Kennedy outra Vila Olímpica - Ary de Carvalho -, é muita coisa, se falar vou ficar aqui até amanhã. Dentre as propostas que a comunidade fez, uma parte razoável foi feita pela Prefeitura. O que não é da Prefeitura, por exemplo, o shopping, está saindo, vai ser inaugurado. Já tem data. Presidente? Agosto, setembro. Então, estamos chegando. Depois do Pan, começa então o shopping.

Barra da Tijuca é a 2ª região. Uma região grande. É a região onde a relação entre o território e a população, a densidade demográfica da Barra, é muito pequena. O território é muito grande em relação à população. Os bairros são esses conhecidos: de Grumari ao Itanhangá. A Barra da Tijuca, propriamente dita, é a região de maior renda média. População de 182 mil pessoas. O IDH é considerado alto, de 0,155. O que a Barra quis? Ser um pólo de negócios focado no turismo, lazer e serviços, e um modelo de preservação ambiental. Aí estão as propostas, as diretrizes, e o que a Barra pediu em cada setor. Aqueles que quiserem essa apresentação, eu terei o maior prazer em encaminhar. Ou, então, se quiser, mais ainda: o Plano Estratégico da Cidade, porque isso aí é o Plano Estratégico. O Plano Estratégico pode ser visto na página da Prefeitura: Plano Estratégico. É o que está aí. E podem acompanhar o que foi feito e o que não foi feito.

Evidentemente, vocês vão concluir que uma boa parte não foi feita. A gente, quando faz um Plano Estratégico não é para que aquilo morra dentro de um governo, numa gestão. Aquilo vai ao longo do tempo. Então, o caso da Barra da Tijuca, podem destacar, primeiro, todas as obras em função do Pan. A Vila Pan-americana é um empreendimento imobiliário. Os atletas vão embora, até logo, aquilo, depois, será entregue, as unidades serão entregues aos compradores. O Complexo Esportivo do Autódromo, o Parque Aquático, e tudo mais. Todas as obras viárias que, foram feitas na Barra. Uma coisa chamada Área de Cultura, a inauguração que está prevista para o início do ano que vem, meados, março, abril do ano que vem, da Cidade da Música Roberto Marinho. É um grande empreendimento, e eu acho que vai trazer muita qualificação para aquela região

e para a cidade como um todo. Ali será, inclusive, a sede da Orquestra Sinfônica Brasileira. Enfim, a Barra da Tijuca recebeu uma série de empreendimentos.

A Barra, no mercado imobiliário, foi a região que mais cresceu nesses últimos três anos. Entre 2004 e 2006, a Barra da Tijuca recebeu 48,8% dos lançamentos imobiliários verificados nesses anos. Foram 12.300 novas unidades na Barra da Tijuca. A Barra - é natural que isso aconteça - é uma fronteira em expansão há muito tempo. A gente quer. Presidente, e sei que isso vai sair, que isso tudo vá para Bangu, também, para Campo Grande, para Santa Cruz. Que essa fronteira chegue até lá e não se restrinja à Barra da Tijuca.

A Zona Oeste esses são os bairros da chamada Zona Oeste: Bangu, nós destacamos, Campo Grande, Santíssimo, Santa Cruz, Guaratiba, enfim... A renda, os bairros com maior nível de renda são Campo Grande, Barra de Guaratiba, Pedra de Guaratiba. De menor renda, Santa Cruz, enfim...Aí são os números de Santa Cruz. Da Zona Oeste, é a maior população, 930 mil habitantes; IDH médio alto, 0,766; 3.900 estabelecimentos comerciais, que empregam 52 mil pessoas. O que a Zona Oeste quis? Ser o centro de referência para o ecoturismo com enfoque nas vocações gastronômicas, botânicas, pesqueiras e agrícolas, consolidando as diferentes expressões histórico-culturais da região. Bonito. A Zona Oeste, - está aí, eco-turismo, que foram as estratégias para esses objetivos, quer dizer, recuperar meio ambiente, pólos gastronômicos.

Vocês vejam: em Santa Cruz, aquele primeiro objetivo lá, revisão do zoneamento e criação de áreas de proteção. Zoneamento é a revisão da legislação urbanística. Isso está preocupando muito a Zona Oeste. Em Campo Grande já foi feito, em 2004, mas agora falta fazer em Santa Cruz e, Guaratiba, senão a coisa emperra. Você não consegue tocar adiante. O sujeito quer montar um negócio ali, um pouco mais extenso, ele tem uma série de obstáculos de natureza da legislação. Infelizmente, o item de segurança aparece em todos. Isso, a gente estava comentando aquele quadro logo no início. Nós colocamos uma série de condições, de coisas importantes para o desenvolvimento; não colocamos segurança, porque isso é pré-requisito. A Zona Oeste, eu acho que tem sido o setor, pelo menos no aspecto municipal, razoavelmente bem aquinhado de ações, que já foram feitas na Zona Oeste, e agora tem muitos empreendimentos da iniciativa privada. Por exemplo, em Santa Cruz nós temos, pela própria proximidade do Porto de Sepetiba, o empreendimento da CSA, da Siderúrgica do Atlântico, com um grupo alemão da Thyssen, um investimento de 8 bilhões de reais. Não é pouco dinheiro, não. É muito dinheiro: 8 bilhões de reais, que vão levar para a região 18 mil pessoas nessa fase da construção e, depois, 3.500 pessoas, já na fase de operações da siderúrgica. Para isso, haverá lá uma importante obra federal, que está incluída, inclusive, no chamado PAC, do governo federal - Programa de Aceleração - a organização, a construção, a elaboração do arco rodoviário para aquela região, e da dragagem do Porto de Sepetiba. A Gerdau também está já com seus projetos de expansão, que vão gerar cerca de 650 novos empregos. A Petrobrás, mais na área de ciência e tecnologia, vai desenvolver ali, no distrito industrial, na fábrica de catalisadores - Companhia Brasileira de Catalisadores - um parque tecnológico da maior importância, voltado à tecnologia da área de petróleo. Isso vocês podem ver na própria página da Prefeitura, uma série de empreendimentos, inclusive habitacionais, que foram feitos naquela região, muitos ligados ao PAR, ao

Programa de Arrendamento da Caixa Econômica com a Prefeitura, em que foram inauguradas mais de 4 mil unidades residenciais.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Complementando - ampliação do Parque Industrial da Michelin, que também foi aprovado recentemente.

O SR. MARCO ANTÔNIO DE MOURA VALES - Ah, é, em Campo Grande. Exatamente, Presidente. Obrigado... Aliás, me lembro dessa luta, há dois ou três anos. É verdade, o Parque da Michelin, com expansão das instalações dessa importante fábrica. Depois, temos o Centro. A região do Centro, que pega desde Benfica até o Centro, propriamente dito. Área tal, população, IDH considerado também de médio para alto, 7º lugar, é a região que tem o maior número de estabelecimentos... A expressão aí está mal usada, não são apenas estabelecimentos comerciais. Aí, pode ter industriais, também, enfim, estabelecimentos empresariais, que empregam 340 mil pessoas. O Centro quer ser um centro de referência histórica e cultural do país, consolidando... aí está o que o Centro quer. As propostas podem ser vistas no Plano Estratégico.

O Centro também aconteceu, na parte do Município... O pessoal fala muito "Ah, mas o Centro... tem muita empresa fechando no Centro". O Centro da Cidade, as pessoas têm que voltar a morar no Centro. Há uma coisa de cidade brasileira de achar que ninguém pode morar no Centro. Tem que voltar a morar no Centro. A própria Prefeitura fez uma série de programas habitacionais naqueles casarões. E algumas unidades foram entregues, casarões que foram restaurados, são pessoas de baixa renda. Há uma série de empreendimentos que estão se... evidentemente, tem que se pensar em recursos da Caixa. Ali naquela rua, Salvador de Sá, quem vai para a Tijuca, do lado direito, que tem a primeira vila... como é? O primeiro... a Vila Operária. Aquilo é histórico, aquilo é do tempo do Pereira Passos. No entanto, aquilo está se desmilingüindo. Estamos com um projeto para que aquilo seja recuperado. As pessoas que tiverem... Evidentemente, isso não pode ser de graça. Muitos ali são invasores, tem que se pensar em como preservar. Preservar é fácil, você chega lá, faz obra, contrata operários. Agora, tem que conservar. Não pode é você fazer uma obra, gastar dinheiro na obra... aquilo é fundamental, Presidente. É a primeira vila operária do Brasil e está se desmilingüindo, e ali é um eixo importantíssimo, é ligação Centro-Tijuca.

Só para dar um exemplo, ali perto da própria Prefeitura. O Centro da Cidade, a gente tem que pensar. Falamos há pouco sobre transportes, de defesa do meio ambiente. O presidente do IPP, o Sérgio Besserman, esteve há poucos dias aqui na Casa fazendo uma palestra sobre o aquecimento solar, enfim, as medidas que o município, a Prefeitura, a cidade, em suma, pode adotar, para que nós cumpramos nossa parte. O Centro da Cidade, nós temos que começar a pensar seriamente, Presidente, em começar a pensar em restringir o uso do automóvel pessoal no Centro da Cidade. Isso não vai ter jeito. Mais cedo ou mais tarde, isso vai ter que acontecer. Nós estamos chegando a um ponto... e a restrição mesmo do uso do transporte pessoal ... Fica aquela história: o transporte coletivo não é bom. Ou a gente toma uma decisão – porque, com esse negócio de esperar o transporte coletivo ficar bom, para a gente adotar, fazer o que tiver que fazer,

nós não vamos fazer nunca -, ou a gente começa a pensar sério nesse assunto, na restrição do transporte pessoal para o Centro da Cidade.

O Poder Público, dificultar, sim, o estacionamento no Centro da Cidade. Não pode estacionar... No Centro da Cidade, ninguém pode estacionar na rua. Quem tem estacionamento no edifício-garagem, na garagem subterrânea, ótimo. Quem não tem, acabou. Agora, não podemos... a Cidade não vai agüentar mais. A gente tem que começar a pensar nisso e fazer, antes que seja tarde. A verdade é essa. Eu acho que nossa parte está nessas pequenas coisas.

Está aí o Grande Méier. O Méier, propriamente dito, Lins, Pilares. Está aí. IDH alto no Méier, IDH alto. O Méier está no 3º. lugar em IDH na cidade. Interessante isso. O 1º, se não me engano, é a Zona Sul, o 2º é a Tijuca, e o 3º é o Méier. São 6 mil estabelecimentos.

O Méier é aquilo que a gente chama, a capital do subúrbio. Ele quer voltar a ser. Voltar a ser a capital do subúrbio dos cariocas, como centro do comércio. Uma vez... a história do Méier... aquela rua, a Dias da Cruz, uma vez o Prefeito chegou para mim e disse assim: "Marco, procura saber o que está havendo na Rua Dias da Cruz, que tem lojas fechando lá. De repente, está dando um negócio lá". Aí, eu fui. Peguei a turma da Prefeitura, o subprefeito local, passei com ele pela Dias da Cruz, foi um dia de semana, e eu nunca vi... aquela Dias da Cruz estava cheia, pessoas entrando em lojas, nem todo mundo comprando. A maioria não comprava, só olhava vitrine. Muita movimentação na rua e, realmente, notei alguns edifícios com a placa "Aluga-se". Não vi nada para vender, tudo "aluga-se". Disse: "Está havendo isso? Vocês sabem de alguma coisa?". "Não." Cada um dava um palpite. "Não, vai ver que é o Norte Shopping". "Mas o Norte Shopping está há muito tempo lá". Cada um dava um palpite. Aí, saí de lá sem conclusão alguma. Por que estão fechando as lojas?

Aí, conversei com um amigo nosso, que é dono de uma rede de filmes, de revelar filmes, diretor da Associação Comercial, Daniel Plá, dessa rede Plá: "Daniel, você... aconteceu isso". Conteí a ele essa história da Dias da Cruz. Ele disse para mim o seguinte: "Marco, a Dias da Cruz é o segundo melhor lugar do Rio para se vender. O primeiro é lá, Copacabana; Dias da Cruz é o segundo. Eu tinha três lojas, agora tive que fechar duas. Só fiquei com uma". "Mas, por quê? Qual é o problema de lá?". E ele: "Porque aquelas lojas todas pertencem a meia dúzia de pessoas e essas pessoas, há muitos anos - isso é coisa de muitos anos - fazem o que eles querem. Se você não pagar aquilo que eles querem, eles preferem não vender, porque sabem que alguém vai acabar alugando.

Então, são negócios. Das três lojas, eu fechei duas, porque não agüentava mais o preço dos aluguéis".

Então, vocês vejam que é uma região com um comércio muito forte e uma região muito beneficiada agora com o Engenhão, o Estádio João Havelange. ... muito beneficiada agora com o Engenhão, o Estádio João Havelange, estádio olímpico. Toda aquela região, do entorno do estádio, valorizou espetacularmente. Os imóveis, praticamente, duplicaram seu valor. E era uma região que estava degradada. Olha a importância de se recuperar áreas degradadas! Quer dizer, aquilo já tinha acabado, ressuscitou.

Aí está o que querem os moradores da região.

A Ilha do Governador foi tratada isoladamente e pretende, sendo o principal bairro de chegada de turismo à Cidade, preservar a qualidade da área residencial

dentre outras coisas. Essas são as estratégias, objetivos, o que a comunidade pretende.

Vamos falar, agora, do bairro de Irajá. Quando houver alguma coisa a destacar, se alguém quiser interromper...

Os bairros são aqueles.

Sendo Irajá o principal centro de abastecimento da Cidade, posso destacar que, Irajá tem um problema sério, crônico que, infelizmente, está entregue ao Judiciário. Não podemos fazer nada; eu tentei, já fui lá, fizemos um trabalho, que é o nosso Mercado São Sebastião, mas tudo está encruado. Há uma pessoa que se considera dona e a região está se degradando. É uma pena. É importantíssimo, o Mercado São Sebastião, até por isso, para que a região possa ser um importante centro de abastecimento, mas há uma briga judicial. Nós fizemos há 6, 8 meses, um grupo de trabalho porque a Comlurb queria entrar ali, enfim, íamos tomar uma série de providências. Nós conseguimos cassar uma liminar e aproveitamos o intervalo da cassação para trabalhar -, a Procuradoria conseguiu isso do Judiciário, mas na hora em que os órgãos da Prefeitura iam para fazer o que tinha que ser feito, a pessoa havia conseguido novamente a liminar tudo voltou à estaca zero. Eu acho que essa é uma prioridade. A própria Ceasa precisa ser reformada. Temos conversado com o Governo do Estado para ver o que se pode fazer.

Falemos, agora, sobre Jacarepaguá foi, no primeiro trimestre, a região que mais obteve autorizações de licenças de construção pela Secretaria de Urbanismo, tudo por conta daquele PEU, vocês vejam, que foi mudado. Observem a importância da atualização da legislação, da sua revisão. Tudo ocorreu por conta de uma mudança na lei, mas claro que as coisas não acontecem sempre assim. Você muda a lei hoje, mas isso vai, às vezes, repercutir um ano depois. Porque vem o empresário, pensa, e amadurece o projeto. As coisas em economia, nos investimentos têm o seu tempo também. Se você fizer hoje, amanhã terá uma resposta. Mas respondem, respondem. Também ninguém quer colocar o seu dinheirinho no fogo. Então, como a história do PEU de Jacarepaguá já foi há algum tempo, há 1 ano, não é?

(Alguém responde fora do microfone)

Foi em 2004? Então está aí a resposta. A pessoa se interessou em investir e está lá. É o maior, nesse trimestre, disparado. Foi um crescimento, se comparado com 2005, de quase 200%, um negócio terrível.

Agora, a Barra da Tijuca. Vamos lá. Está aí: área de 12 mil m<sup>2</sup>. IDH considerado de médio a alto; Centro de Eventos nacionais e internacionais. Jacarepaguá realmente é um bairro que tem grandes extensões de terra. Ele tem um parque industrial com base tecnológica, uma série de laboratórios. Quer dizer, Jacarepaguá tem tudo para crescer em todos os níveis: na indústria, no comércio, no setor residencial e está mostrando isso.

Vamos para a Leopoldina, que é meio dividida. Há o Complexo do Alemão, uma região, infelizmente, em que o IDH é o 11º, com uma população imensa é uma região de bairros integrados.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) - Quero lhe pedir para se aproximar mais do microfone, porque está sendo gravado com dificuldade.

O SR. MARCO ANTÔNIO DE MOURA VALES – Por ser uma região de bairros, a zona da Leopoldina tem também, a exemplo de outras regiões, como o bairro do Jacaré do qual eu falei pouco, galpões invadidos, galpões industriais, galpões abandonados. Alguns ainda não foram invadidos. A Secretaria de Urbanismo já fez um levantamento desses galpões para que se dê uso, de preferência residencial. Não adianta ficar pensando que aquela região vai voltar a ser indústria, porque não vai. Não vai voltar a ser indústria; então, tem que ser residência.

Estão faltando residências, e, vamos tentar fazer como aqueles “lofts” das indústrias, dos parques industriais americanos. O “loft” era feito de luxo. Nós temos que fazer uma coisa mais simples, mais barata, para abrigar pessoas que precisam desse teto. Não deve ser uma coisa cara, porque toda a infra-estrutura está montada ali. Ali tem tudo: luz, esgoto. Então, não adianta achar: “Ah, mas o bairro vai poder voltar a ser o que era. O Jacaré vai voltar a ser aquele do passado, o bairro residencial, onde havia firmas.” Isso acabou, minha gente! O mundo agora é outro. O que se precisa ali são residências. É próximo ao Centro. A Leopoldina, em alguma parte, está sofrendo o mesmo tipo de problema. O pessoal fala: “Ah, mas a indústria saiu do Rio de Janeiro por causa da violência, por causa da favelização”. Não foi. A indústria saiu por razões dela, indústria razões logísticas.

Agora, a Grande Tijuca. Temos o Alto da Boa Vista, Vila Isabel, Tijuca. Se eu não me engano, é o segundo IDH da Cidade. Isso já era, de certa forma, esperado. Está aí o que a Tijuca pretende ser. Evidentemente, não se pode fazer nada irresponsavelmente, mas mexer na legislação, às vezes, é importante. O Alto da Boa Vista está acabando; ficou como local de casas de festas. As pessoas, antigamente, moravam no Alto da Boa Vista, naquelas mansões. As pessoas tinham dinheiro. Aquelas famílias mantinham as mansões, mas isso também acabou. As pessoas foram morrendo e os filhos não quiseram continuar ali, por uma série de razões. Não tinha, às vezes, nem condições de sustentar uma casa daquelas, um terreno daqueles. Você tem que pensar em tudo: segurança e todo o restante. Ora, sobre o Alto da Boa Vista, nós já podíamos começar a pensar em rever a legislação local. Transformar aqueles terrenos em condomínios pequenos, de classe média. Nós temos que mexer nisso, senão o Alto da Boa Vista vai acabar de vez.

Falamos, ainda, da Zona Norte. Juro que está acabando. Aqui estão os bairros que congregam a Zona Norte. Área. É o grande pólo de comércio e centro industrial não poluente. Aqui são as propostas da Zona Norte.

Finalmente, a Zona Sul.

A Zona Sul é uma coisa complicada. Não se tem mais para onde expandir. Na Zona Sul, derruba-se um prédio e se levanta outro. É o que se pode fazer. É claro que há uma série de ofertas de expansão de novos negócios. Em termos residenciais, o Leblon ofereceu, no ano passado, 76 unidades habitacionais. Quer dizer, isso é uma raridade na Zona Sul. No entanto, tivemos um grande empreendimento no Leblon, Shopping Leblon. Para isso há espaço; agora,

empreendimentos residenciais, só vamos ter alguma coisa no Catete, Glória, Laranjeiras; o resto acabou.

Ser a vitrine nacional e internacional do turismo, da cultura e lazer, reforçando a imagem e maneira de ser. Aí está o que a Zona Sul quer.

Enfim, quem estiver interessado, volto a dizer, poderá recorrer ao próprio site da Prefeitura, “Planos Estratégicos”, e vão conhecer isso na íntegra, inclusive com as propostas e até comparar. O que aconteceu? Terminamos esse plano, em 2003. O que foi feito? O que a Prefeitura fez? O que o empreendedor, o investidor privado fez? O que falta acontecer? O que é que não precisa mais acontecer e o que pode ser mudado? De resto, eu agradeço a paciência de vocês e estou à disposição.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) - Agradeço a V.Exa. pela exposição. Já sugerir, ao invés de iniciarmos agora a exposição da Sra. Subsecretária, Dra. Cátia Diniz, que nós esgotássemos as indagações a V.Exa. e, posteriormente, passaríamos a falar sobre desenvolvimento social. Acompanhei, Sr. Secretário, a elaboração do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. Era Sub-prefeito da região de Bangu. Lá se deu algo muito interessante, ao tempo em que se concluiu que a vocação para o ecoturismo seria viável, quando se estabeleceu que a prioridade da região, seria colocar o Hospital Albert Schweitzer para funcionar. E a segunda prioridade seria a necessidade de estímulo à implantação de indústrias na região. Então, rigorosamente, o resultado final não refletiu a preocupação da população. Colocado à parte, apesar do brilhantismo da condução dos trabalhos pela Professora Cecília, eu quero fazer uma indagação a V.Exa: se antes da implantação do Rio Cidade Bangu, o fluxo ao Centro de Bangu era mera busca do consumidor pelas novidades, por exemplo, se não é necessário, a Prefeitura fazer algum tipo de intervenção, para que essas áreas voltem a ser o que eram? Eu acredito, em resumo, que seja um fluxo natural, em qualquer tipo de atividade.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) - Sr. Secretário, eu não penso assim. Eu penso que a situação é mais grave. Se não houver uma intervenção do Poder Público, os estabelecimentos, que ainda permanecem com as suas portas abertas, também encerrarão suas atividades. Eu acho que a tendência é esvaziar cada vez mais o centro comercial de Senador Camará. Exceto, e isso tem sido objeto de muita discussão naquela região, a antiga fábrica da Brasilit, que encerrou também suas atividades. Temos lá 200 mil metros quadrados. A maior reivindicação da população daquela região é a implantação de um complexo esportivo cultural, com acesso pela Rua Eugênio Paiva. O Prefeito Cesar Maia chegou a pensar ali numa praia. Através de e-mails, encaminhou ao Secretário Ruy Cesar, mas parece que essas propostas se perderam, e o Prefeito resolveu não mais fazer esse tipo de investimento.

Digo a V.Exa. que temos de agilizar a implantação de um equipamento desse porte em Senador Camará, a Prefeitura deve se empenhar para trazer de novo um supermercado para Senador Camará, pois há espaço físico à disposição, onde era o Mercado Guanabara, que está lá com as portas fechadas. Um espaço

maravilhoso em frente à estação de Senador Camará. Mas ninguém ousa investir em Senador Camará, seja pela violência, que é muito grande naquele local - talvez seja uma das áreas mais violentas da Cidade do Rio de Janeiro -, seja por não haver o atrativo. O bairro de Senador Camará dever ser o 74º, se você considerar a situação por bairro.

Então, digo a V.Exa. que é preciso ter propostas concretas para aquela região. Não é só em Senador Camará, o mesmo está acontecendo em Santíssimo, exceto Padre Miguel, que está prosperando, mas Realengo está esvaziando. Enfim, todos os demais bairros estão sofrendo um esvaziamento.

O SR. SECRETÁRIO MARCO ANTÔNIO DE MOURA VALES - Presidente, eu me comprometo a passear por lá com V.Exa. Vamos combinar. Eu sempre gosto muito de fazer isso. Levamos a equipe e procuramos saber o que está acontecendo e o que precisa ser feito. Então, eu estou a sua disposição para passear lá pelas ruas.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) - Está ótimo. Agora, a palavra está franqueada. Por favor, nome completo e instituição que representa.

O SR. JOSUÉ - Boa-tarde Sr. Presidente, Sr. Secretário. Meu nome é Josué. Eu sou professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Estamos aqui num trabalho em parceria com a Câmara. Eu vou me permitir fazer algumas colocações em duas linhas diferentes.

Inicialmente, vou aproveitar o tema levantado pelo Vereador e, de certa forma, reforçar a queixa que ele está fazendo. Lamentavelmente no Brasil, embora se trabalhe muito com planejamento, nós não conseguimos com facilidade traduzir o planejamento em ação. O fenômeno de estímulo de um determinado vetor econômico é antigo. O próprio planejamento do espaço brasileiro foi feito dessa maneira. Lá pela década de 60, acabamos gerando uma série de centros excessivamente concentrados de população. Em vez de espalharmos a população pelo nosso espaço territorial, acabamos concentrando e gerando uma série de problemas, que são hoje megacentros, que temos que administrar. Esse fenômeno, ainda em 1990, foi mais uma vez identificado, quando víamos que algumas cidades do País observavam taxas de crescimento completamente espantosas, gigantescas em função de determinados vetores econômicos. Nós não conseguimos redirecionar esse processo e acabamos gerando esvaziamento de umas regiões, superpovoamento de outras e o serviço público nunca é capaz de acompanhar com a velocidade devida e suprir essas populações com os serviços que elas precisam, dado a taxa de crescimento que é muito elevada. Aqui, no Município, se observa isso também. É um fenômeno que parece que se rebate. E, nesse particular, acho que é um desafio que a Secretaria tem, que V.Exa. tem, de conseguir um mecanismo capaz de gerar essa diversificação, essa espacialização do desenvolvimento, de alguma forma, sem que o benefício de um incorra na degradação das suas regiões vizinhas.

Quero também falar sobre a questão do incentivo à ciência e à tecnologia. O desenvolvimento econômico fundamental tem esse mal. Acaba-se falando muito dele, esquecendo-se de outros também importantes. Desenvolvimento econômico é, sem dúvida, o aspecto mais transversal desse debate, mas junto

com ele tem que vir a questão da educação, do desenvolvimento social, além de outras questões.

Eu pergunto se a Prefeitura, posso estar enganado, não tem ações do ponto de vista de estímulos institucionais. Não obras físicas, mas criação de mecanismos, de incentivos institucionais, que possam trazer, por exemplo, um incentivo a formalização de atividades informais, a aproximação dos Centros Universitários dos pequenos empresários. A Prefeitura não gera essa facilidade. Pelo menos não é isso que temos sentido no ambiente universitário, que eu acredito que possa ser uma maneira de beneficiar regiões menos favorecidas, levando até elas, por exemplo, um pouco desse conhecimento que é gerado no ambiente acadêmico. E, ao mesmo tempo, gerar ao ambiente acadêmico o compromisso de democratizar aquilo que ele pesquisa, aquilo que ele estuda. De devolver para a sociedade o investimento que a sociedade faz nas universidades, nos centros de pesquisa.

Gostaria de saber de que maneira a Secretaria vê a possibilidade de superar essas diferenças políticas e conseguir aproximar, por exemplo, as universidades privadas das universidades federais e estaduais, e trazendo para o nosso espaço municipal mais oportunidades. E, ao mesmo tempo, conjugar com essas necessidades das regiões mais degradadas ou mais empobrecidas, gerando não apenas uma aproximação entre o setor formal e informal mas, sim, fazer um esforço para que pudéssemos trazer o setor informal para dentro do formal, com apoio tecnológico, com capacitação de mão-de-obra. No fundo, ficamos com uma certa ociosidade no próprio ambiente acadêmico, ou seja, pesquisamos pela pesquisa. A aproximação empresa-universidade, do meu ponto de vista, é fundamental, até para direcionar a própria universidade àquilo que a sociedade efetivamente precisa. Nesses aspectos, eu, sinceramente, sinto um tremendo vazio. Um distanciamento entre as preocupações de ordem econômica e o nosso dia-a-dia social e do ambiente universitário e acadêmico.

O SR. SECRETÁRIO MARCO ANTÔNIO DE MOURA VALES - Muito obrigado pela suas colocações professor. Quanto à ciência e tecnologia, a Prefeitura tem tido algumas intervenções nesse aspecto, mas através de parcerias.

Por exemplo: o Parque Tecnológico da UFRJ, no Fundão, teve uma parceria bastante significativa da Prefeitura, naquela Ilha, onde tinha o canteiro da empresa que construiu a Ponte Rio-Niterói. A UFRJ implantou a parte tecnológica, a Prefeitura fez todo o arruamento de uma área bastante grande e a eletrificação. Quer dizer, essa é uma parceria importante, no parque tecnológico, eles precisam de luz e arruamento. Tiveram luz e arruamento, que é aquilo que a Prefeitura pode dar. Evidentemente, a comunidade acadêmica também procurará ajudar a cidade, oferecendo o conhecimento da comunidade acadêmica em benefício da cidade, de novos equipamentos.

O parque tecnológico da PUC é a mesma coisa, ou seja, é uma outra pendência judicial. A Prefeitura fez uma parceria com a PUC para implantação do parque tecnológico. Naquela área, onde funcionava o laboratório Moura Brasil, existe um prédio degradado. A Prefeitura depositou o dinheiro para comprar aquele prédio, evidentemente em regime de comodato com a PUC, para que ela implantasse ali o parque tecnológico. Aliás, não seria apropriado ao

dono do terreno, onde fica um laboratório famoso. Imagina, um laboratório de indústria farmacêutica, estabelecido em São Paulo, quer vender um terreno. Ali não se pode fazer absolutamente nada, porque é uma área que tem uma legislação, ao lado da PUC, nesse terreno. Enfim, existe uma legislação específica e não se pode construir nenhuma edificação superior a três andares. O laboratório sabe disso. Mas eles querem vender aquilo, porque apareceu um supermercado muito bom, que dá mais pelo terreno. Então, está uma briga. E o preço do prédio virou uma questão judicial. Houve até um perito que avaliou o preço do terreno, mas o problema não foi resolvido. Quem está perdendo com isso somos todos nós. É a Cidade, a comunidade acadêmica, que não tem um parque tecnológico, porque um laboratório farmacêutico não quer vender o seu terreno pelo preço que se considera justo.

Infelizmente não foi resolvido ainda porque há uma pendência judicial.

Com relação à formalidade, informalidade, vou lhe dar um exemplo só: no caso do Pavilhão de São Cristóvão, nós tínhamos a Feira dos Nordestinos, que funcionava a céu aberto com toda a sua falta de higiene, toda a sua insegurança, ao lado do Pavilhão, que tinha quase 60 anos se degradando, era um patrimônio público se degradando. A Prefeitura fez a reforma daquele equipamento, que tem uma arquitetura arrojada, colocou a Feira lá dentro, fez boxes, água corrente, eletrificou. Eram comerciantes da informalidade que ofereciam os seus produtos lá fora da maneira mais anti-higiênica possível e hoje estão lá. Aquilo é um equipamento que recebe quase 400 mil pessoas por mês e em condições totalmente diversas das anteriores. E com um detalhe, estão saindo da informalidade e entrando na economia formal. Muitos já pediram os seus alvarás, - evidentemente, um ou outro tem que se adaptar - mas já estão recebendo seus alvarás e entrando naquilo que se pretende. Quando falamos entrando na economia formal não é para pagar imposto, é para não ficar à margem da lei, e os comerciantes da Feira de São Cristóvão estão adentrando no mundo da formalidade.

O SR. JOSUÉ SETTA - Só um comentário: acho o seu exemplo da Feira de São Cristóvão é muito feliz e até reforça a minha colocação. Do que me queixo é que muitas vezes a gente vê como uma intervenção efetiva do Poder Público a execução de obras físicas que não necessariamente são as de que precisamos. Quando digo que precisamos aproximar o ambiente acadêmico das necessidades, por exemplo, do pequeno empresário informal, particularmente, o que eu estou sugerindo é criar espaços de intercâmbio. Vamos pegar um exemplo: o Sebrae gera uma feira de negócios que nada mais é do que um ambiente físico onde se colocam demandas e ofertas, reúne quem tem empresa e quem está precisando comprar para sentarem à mesa para conversar. Ali saem negócios, mas saem negócios porque simplesmente a gente gerou o encontro. Da mesma maneira que a universidade dispõe de um acervo de pesquisa ou de intenções de pesquisas e a sociedade de uma demanda. Do que a gente precisa? Precisa criar um espaço, por exemplo, para que uma universidade, federal, estadual, não importa, sente-se à mesa com a sociedade e para ver em que pode ajudar, com que pode contribuir, porque isso interessa também à universidade, falo nesse sentido.

O SR. MARCO ANTÔNIO MOURA VALES - Eu só gostaria de fazer uma colocação. Nós temos recebido a visita de alguns empresários de softwares de encomenda que trouxeram uma justíssima reivindicação para que fossem aliviados de uma parte da alíquota do ISS. Esse é mais um tema, Sr. Presidente, a ser discutido nesta Casa: redução de alíquota de ISS. Muitas empresas de software de encomenda e empresas de parques tecnológicos têm saído do Rio de Janeiro em direção a cidade próximas; às vezes fisicamente estão no Rio de Janeiro, mas as suas sedes formalmente estão em cidades próximas por causa da alíquota do ISS, que aqui é de 5%, enquanto nesses outros municípios é de 2%. Eu procurei saber o impacto e o Prefeito já determinou ao Secretário de Fazenda e já temos quase certeza de que o impacto na arrecadação será mínimo; aliás, na minha opinião ele não será negativo, pelo contrário, será positivo, porque os empresários deixaram de sair da cidade para fazer as suas sede formais no município vizinho. E acredito que dentro dos próximos dias esta Casa receberá o projeto de lei do Prefeito no sentido da redução da alíquota de ISS de empresas de parques tecnológicos, incubadora de base tecnológica e empresas de software de encomenda. Porque o outro nem tem ISS, o software de prateleira tem ICMS e não incide sobre ele o ISS. Acho que é uma contribuição importante do Poder Público, que não vai perder nada, acho até que vai ganhar, e a economia nesse campo vai funcionar muito bem. Uma das coisas que mais procurei sublinhar nesta apresentação foi o fato de que gente precisa - e isso eu destaquei quase sempre me dirigindo ao Presidente - rever a legislação de uma série de regiões da cidade. Isso não é obra. Rever a legislação, por exemplo, em Jacarepaguá significou o aumento espetacular do número de licenciamento para a construção de residências. Então, aquilo que o senhor falou eu aplaudo pois não se precisa necessariamente fazer obras. É claro que muitas são necessárias, mas uma providência, às vezes, de mudar um plano de estruturação de uma região fará com que essa região se desenvolva.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) - Secretário, em relação a essas propostas de modificação de PEUs ou redução de alíquota isso independe da Câmara, pois a iniciativa cabe ao Poder Executivo e não à Câmara Municipal do Rio de Janeiro. A Câmara está à inteira disposição para proceder à discussão dessa questão.

Por favor, Letícia Hazan.

A SRA. LETÍCIA HAZAN - Eu estou representando o gabinete do Vereador Rubens Andrade, que me pediu para não perder nenhuma dessas audiências, pois está em viagem. E eu tive muito prazer de ouvir a sua explanação. Sou arquiteta, mas tenho muita dificuldade de entender o “economês”. O senhor chegou aqui como cidadão, estudou a cidade, estudou os problemas e foi muito agradável o seu trabalho, mas eu fiquei preocupada porque o senhor se apóia muito no Plano Estratégico e parece que a Prefeitura não quer saber de Plano Estratégico, que eu acho importantíssimo para alavancar certos programas, independente de um Plano Diretor. Tem que enfatizar o Plano Estratégico e normatizar como vai funcionar, porque a gente desconhece como funciona o Plano Estratégico sendo aplicado na cidade. Acho isso importante

também. Trabalhei muitos anos na Prefeitura, sou do Urbanismo, sou arquiteta urbanista e deploro que uma cidade como o Rio de Janeiro não tenha um sistema de planejamento. Cada Secretaria, cada órgão trabalha independente do que está acontecendo na cidade. O Secretário de Transporte disse: “Eu tenho vários planos, mas não sei quando vão acontecer”. Realmente, os Secretários ficam sem saber quando algo vai acontecer porque não há um sistema de planejamento. O Plano Diretor de 92 estabelecia que devia ser cumprido um sistema que congregasse os órgãos, estabelecesse os programas, os orçamentos e as execuções. Isso é importante, qualquer cidade no Brasil já se preocupa com isso e o Rio de Janeiro não tem e não vai ter nunca. Isso é uma coisa que acho que prejudica demais o desenvolvimento econômico.

Outra coisa também que acho é que é preciso mudar a cabeça dos que trabalham na Secretaria de Fazenda. Esse problema de só arrecadar, só arrecadar dá uma idéia de... Tem que fazer um estudo da Secretaria de Planejamento com a Secretaria de Urbanismo e com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico para compensar... Porque uma metrópole tem que arranjar serviço, tem que arranjar emprego, trabalho. E para arranjar quem dê emprego e quem dê trabalho tem que facilitar as condições de implantação do seu negócio. E é muito difícil mesmo. Nós temos um Código de Obras de 1976, o Decreto 322/76, que é um infeliz de um decreto que tem que ser mudado para facilitar justamente o processo construtivo e também para que haja maior criatividade dos projetos. Nós não temos mais uma arquitetura bonita, uma arquitetura moderna. A nossa arquitetura acaba sendo fachadista, bota vidro ray-ban e não sei o quê. Por quê? Porque tem uma legislação básica amarrada, que tem forças ocultas que não deixam mudar. Visito muito bairros como Guaratiba, Sepetiba, Campo Grande e tal e as pessoas querem pagar IPTU e me perguntam como podem fazer para pagar o IPTU. Não pagam enquanto a Prefeitura não for lá cobrar. Se alguém fizer um levantamento de quem paga IPTU, nem que fossem R\$ 10,00 por ano, isso dá cidadania às pessoas, mas tenho a impressão de que a Secretaria de Fazenda não sai nas ruas, não vai aos bairros que os técnicos não conhecem, porque a gente vê uma realidade e eles vêem outra. E o IPTU comercial é muito caro. Muitas lojas são fechadas porque as pessoas não podem pagar o IPTU; a loja tem que pagar para tirar lixo por litro, o que é muito caro também. Tem que ter um entendimento entre as Secretarias sobre como alavancar esta cidade. Nesta cidade em quinze anos de Plano Diretor não aconteceu quase nada do que foi previsto.

Então, vejo com entusiasmo o senhor dando prioridade ao Plano Estratégico, mas também a gente não vê o Plano Estratégico acontecer. Então, acho que a gente tem que fazer alguma coisa. Dou como exemplo Senador Camará. Desde o ano passado, foi feito, através da Secretaria de Urbanismo, um diagnóstico de Senador Camará por causa do problema que está acontecendo com o esvaziamento do bairro, mas o processo depois de todo pronto desapareceu do gabinete do Prefeito. Quer dizer, um trabalho enorme foi feito e desapareceu. Os moradores de lá sabem o que querem e ajudam muito, porque também vivem a decadência devido a Bangu; Padre Miguel é a mesma coisa. Lá em Senador Camará há um barracão antigo de um supermercado e, como o Vereador já disse, eles falam: “Nós queremos tipo uma Cobal aqui”. É simples fazer um comodato com esse supermercado, mas a gente não consegue, porque na hora de

resolver as coisas há um nó nessa administração que parece que quer que a cidade fique eternamente nessa pobreza, porque atualmente o Rio de Janeiro é uma cidade pobre dividida em duas cidades. E eu fiquei muito contente com a sua explanação porque o senhor tem uma visão muito boa de urbanista, de sociólogo em relação à cidade. Então, eu gostaria de saber como nós podemos ajudar essa cidade a partir de uma união da Secretaria com o Urbanismo e Secretaria de Fazenda, também.

O SR. SECRETÁRIO MARCO ANTÔNIO DE MOURA VALES - Muito obrigado, Letícia, por suas palavras.

O Prefeito, há uns três meses, baixou um decreto criando o Escritório de Desenvolvimento Econômico, um fórum onde a Secretaria de Urbanismo e Desenvolvimento Econômico, inclusive ajudada pelo IPP, podem trabalhar juntas. Eu acho que há essa preocupação, e volto a dizer: aquele convite que fiz ao nosso Presidente, se tiver um problema numa área, me telefona. Essa é minha rotina diária, procurar conhecer essas realidades e, dentro da Prefeitura, tentar resolver ou, pelo menos, minorar.

Com relação a Senador Camará, sei, não é, Presidente, sei que nós vamos passar por lá, e procurar detectar e resolver os problemas.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) - Mais alguém quer fazer uma indagação ao Senhor Secretário de Desenvolvimento Econômico?

Secretário, eu franqueio a palavra para que Vossa Excelência faça o encaminhamento de sua apresentação e, aí, Vossa excelência será liberado. Daremos prosseguimento com a Secretaria de Desenvolvimento Social, mas, desde já, agradecendo a Vossa Excelência pelo comparecimento e pela disposição de estreitar o relacionamento com a Câmara. Durante a tramitação do Plano Diretor, muitas vezes necessitamos da presença de técnicos da Secretaria para que possamos discutir algumas propostas que estão sendo apresentadas em relação à questão.

E, quanto às suas sugestões de Plano já estão acolhidas pela Relatoria - nós vamos fazer a adequação sugerida.

O SR. SECRETARIO MARCO ANTÔNIO DE MOURA VALES - Presidente, muito obrigado, parabéns por este Seminário, que, tenho certeza, está sendo bastante útil para chegarmos ao texto final do Plano Diretor.

E a vocês, senhoras e senhores, muito obrigado, até pela paciência de tantas horas à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) - Vamos dar prosseguimento, cedendo a palavra à Dra. Cátia Diniz, Secretária Municipal de Proteção Básica de Assistência Social, representando o Sr. Secretário Municipal de Assistência Social, Dr. Marcelo Garcia Vaz.

A SRA. SUBSECRETÁRIA CÁTIA DINIZ – Boa tarde, Exmo. Sr. Vereador Jorge Felipe, e demais participantes deste Seminário.

Eu vou precisar ficar de pé também.

Inicialmente, queria justificar a ausência do Secretário Marcelo Garcia, o Secretário Municipal de Assistência Social atual na gestão do Prefeito Cesar Maia. Infelizmente devido à crise atual dos controladores de voo – lamentável – ele ficou 13 horas num aeroporto tentando chegar ao Rio de Janeiro vindo de São Paulo. Por isso não foi possível estar presente e pede desculpas, mas foi por motivo de força maior de fato. Resolvemos, inclusive, que eu estaria vindo substituí-lo em função disso.

Ainda com relação à mensagem enviada pelo Prefeito Cesar Maia, vale a pena registrar que ela se resume basicamente em algumas palavras-chave que são a garantia de direitos; integrar, acessos; direitos a serviços; garantia ainda, da integridade dos serviços, promover ainda, a integração entre os setores da política de assistência social. Nessa linha, a Secretaria Municipal de Assistência Social vem sofrendo algumas modificações que se iniciaram em 2003, que acho importante estar aqui colocando para os senhores e as senhoras, para que possam entender um pouco esse diagnóstico social que a Secretaria vem apresentar e que vem a ser o norteador dos programas e ações da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Em 2001, a Secretaria Municipal - nessa época denominada de “Desenvolvimento Social” contava com um quadro de servidores de carreira na área de serviço social de 30 profissionais. Foi uma orientação do Sr. Prefeito, a Secretaria, através de concursos - dois concursos – aumentar esse quadro, a partir de 2003, para aproximadamente, 1.046 assistentes sociais, servidores de carreira, com uma proposta de diminuição gradativa de terceirização desses profissionais. Então, hoje no quadro da Secretaria Municipal de Assistência Social não existem mais assistentes sociais terceirizados, mas sim servidores de carreira.

Eu esclareço para os senhores e senhoras aqui presentes que isso, para a Prefeitura significa a garantia da memória dos serviços, a garantia da memória da continuidade da proposta, do programa e da política de assistência social.

Em 2005, para segurar e garantir que a Cidade do Rio de Janeiro estivesse coadunando com a Política Nacional de Assistência Social e com o Sistema Único de Assistência Social, então implementados no País, a Secretaria altera o seu nome deixando de se chamar de Desenvolvimento Econômico e passando a se chamar de Assistência Social. Subdivide, ainda, a gestão em três subsecretarias: uma Secretaria de Gestão, que vai cuidar de toda a questão da infra-estrutura, gerenciamento da Secretaria como um todo; Subsecretaria de Proteção Social básica, que é a Secretaria em que ocupo com cargo no momento, que vai dar garantia àquelas famílias que estão à beira de perder a relação, a autonomia, a possibilidade de ter os seus direitos assegurados; e a Subsecretaria de Proteção Especial, para aquelas pessoas que já perderam o vínculo familiar e que já ultrapassaram esse estágio, que estão no grau de dependência, necessitando, algumas vezes da tutela do Estado, fazendo parte do grupo de pessoas dos nossos centros de acolhimento, das unidades de serviço da Secretaria Municipal de Assistência Social. As três Subsecretarias têm uma intervenção dialogada, desenvolvida inclusive, através de 10 áreas programáticas da Cidade, denominadas CAS - Coordenadorias de Assistência Social. Aqui, na apresentação vocês vão ter oportunidade de conhecer um pouco como elas estão subdivididas: vai da número 1, que é a do Centro da Cidade à

10ª, que é Santa Cruz, ainda buscando uma proximidade com a Secretaria Municipal de Educação. Então, a divisão dessas coordenadorias, hoje, dá-se exatamente como se dá na Educação, com as Coordenadorias Regionais de Educação - Cres, buscando justamente essa relação intra-setorial dentro da estrutura da Prefeitura.

Cada uma dessas 10 Coordenadorias de Assistência Social possui unidades também descentralizadas, que são os Cras, Centros de Referência da Assistência Social, e Cres, Centros de Referência de Assistência Social Especializado, que além de centros de acolhimento, hotéis, que se denominavam anteriormente abrigos, centrais de recepção, que eram chamados centrais de triagem. Cada uma dessas coordenadorias possui então um total de 48 unidades dentre esses Cras e Cres, e mais cerca de 10 centros de acolhimento e três centrais de recepção, espalhados pela Cidade, para facilitar o deslocamento dos munícipes.

Eu acho que, partindo um pouco desse novo contexto da Secretaria, o que a gente vem tentando fazer, além de participar e ser hoje a gestora da macrofunção de políticas sociais, onde todas as ações são pensadas e discutidas através de reuniões com os Secretários da Assistência, Educação, Saúde, Habitação, Cultura... Desculpem se omito alguma. Mas, enfim, cerca de sete secretarias compõem essa macrofunção, e vão discutir essas intervenções na Cidade do Rio de Janeiro, buscando, justamente, utilizar aquelas unidades de serviço que a outra já tem, evitando ações sobrepostas, já desenvolvidas no âmbito da Cidade do Rio de Janeiro, favorecendo a assistência social nesta Cidade.

Para esse objetivo, a Cidade ainda assina, pactua com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, desde maio de 2003, o Programa Bolsa Família, um programa do Governo Federal, que é o gestor. Mas a Cidade do Rio de Janeiro entende, enquanto um programa relevante e de possibilidade de garantia da transferência de renda, a possibilidade, também, de estar discutindo a garantia de direitos sociais. A partir dessa pactuação, que tem ainda como objetivo e como meta prevista por esse Ministério, com base nos dados do Pinud e do IBGE, o atendimento de cerca de 164 mil famílias. Quer dizer, esses órgãos identificam que a Cidade do Rio de Janeiro tem, hoje, um total de 164 mil famílias em situação de vulnerabilidade, ou seja, famílias que precisam desse atendimento pelo Programa Bolsa Família.

Dessa forma, então, a Secretaria desenvolveu processos de capacitação com esses assistentes sociais, com professores da Rede Municipal de Educação, com enfermeiros, paramédicos, enfim, toda a equipe da Saúde, porque o programa passa também pela garantia do acesso à saúde, a garantia de que a criança possa ter a sua vacinação em dia, a garantia de que a criança possa e deva identificar, enquanto um direito e um dever dessa família, assegurar o atendimento pré-natal e de puericultura e de agentes comunitários da Prefeitura como um todo para que pudessem, além de fazer esse atendimento direto à população, assegurar a questão da informação. Porque entendemos que o processo de informação é muito falho, ainda, e que informação é o primeiro passo para as garantias dos direitos. Primeiro, você precisa identificar quais os serviços, quais os direitos, quais os serviços que essa Prefeitura oferece para que você possa acessar, inclusive. Então, nessa linha, a Secretaria Municipal de Assistência Social, utilizando-se do Cadastro Único, que é um instrumento, para a família se beneficiar do Programa Bolsa-Família, ela precisa estar nesse

cadastro. É nada mais do que um formulário, mas um formulário onde tem um diagnóstico mais profundo, que passa desde as questões pessoais, familiares, de documentação, de documentação habitacional, saúde, como uma garantia de identificar, diagnosticar, para aí, sim, você garantir as ausências, identificá-las ali.

Então, Sr. Presidente, hoje, gostaria de apresentar esse diagnóstico que a Cidade vem fazendo que é de maio deste ano, e é o que está na base de dados da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, e relaciona-se às famílias mais vulneráveis, senão de extrema pobreza, em situação de pobreza, que vocês conhecerão. Esse diagnóstico está sendo norteador da Secretaria e da Prefeitura como um documento de conhecimento e identificação de onde estão as lacunas, as ausências, as necessidades para que a Secretaria e a Prefeitura possam e devam intervir.

Ali são alguns dados apenas. É uma base composta de 157.328 famílias cadastradas. Dessas, 108.466 recebem o Bolsa Família, mas essa base que a gente vai trabalhar com vocês é independente de estar recebendo ou não. É para vocês conhecerem quem são essas famílias mais vulneráveis.

Esse é um dado de maio, sendo que sempre são dois meses subsequentes; maio reflete abril, só para vocês compreenderem.

É só um gráfico para vocês saberem que esse quantitativo faz um total de 582.764 famílias dentro dessa base de dados, que é um número relevante se levarmos em consideração as famílias em situações de pobreza, que são 64 mil...

Aqui é a distribuição que eu falei anteriormente.

Aqui é a distribuição das famílias cadastradas por CAS, que são as Coordenadorias de Assistência Social.

O Secretário, inclusive, falou sobre a questão da Leopoldina, área da Leopoldina, que tem o 11º se não me engano IDH, e é justamente onde está a maior concentração de famílias cadastradas hoje, que é a 4ª CAS, que é a área de Ramos, Leopoldina, Ilha do Governador; pega toda essa região. A 1ª CAS, que é o Centro da Cidade, pega Santa Teresa e tem cerca de 6% de famílias cadastradas nessa base de dados da área do Centro. A 2ª CAS, que é a área da Zona Sul, Tijuca, tem uma concentração de 5% de famílias cadastradas nessa base. A 3ª CAS, que é justamente a área do Méier, tem uma concentração nessa base de dados de 9%. Na área da Leopoldina, que o Secretário Marco Vales falava inicialmente é a 4ª CAS, que pega Ramos, Ilha do Governador e tem uma concentração de 16% de famílias cadastradas. A 5ª CAS, Madureira, uma concentração de 7%; 6ª CAS, que é a região de Acari, Guadalupe, uma concentração de 9%. Antes dessa divisão, dessa modificação das áreas para se aproximá-las com as da Educação, a 5ª e a 6ª eram atendidas pela Secretaria como uma única área de atendimento; com a subdivisão, elas passam então a ser 5ª e 6ª CAS. A 7ª CAS, que é a área de Jacarepaguá, Barra da Tijuca, tem uma concentração de 8% das famílias cadastradas. A 8ª CAS, que é de Bangu, tem uma concentração de 18% de famílias cadastradas, estando junto com a área de Ramos, Leopoldina, com uma concentração também significativa de famílias em situação de extrema vulnerabilidade. A 9ª CAS tem um percentual de 8% que é a área de Campo Grande. E a 10ª CAS, que é a área de Santa Cruz, com um percentual de 14% de famílias cadastradas.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) - Cátia, me permite?

Não sei se a minha memória está falhando, mas parece que o Secretário, Dr. Marco Vales, a Cidade, pela Secretaria dele, foi dividida em 12 áreas especiais de planejamento...

A SRA. DRA SUBSECRETÁRIA CÁTIA DINIZ - Programáticas, isso.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) - ... vocês, 10. Não há um padrão único na Cidade não é?

A SRA. DRA SUBSECRETÁRIA CÁTIA DINIZ - O que acontece é o seguinte, Sr. Presidente. A Prefeitura está padronizando para 12, inclusive. Até então eram 10 áreas programáticas, agora são 12; tem uma proposta de ir a 14, se não me engano. Porque a idéia é de que você possa trabalhar a Cidade de uma forma mais pontual, mais caracterizada por aquela região onde está. Por isso a Secretaria de Desenvolvimento Econômico trabalha com concentração mais descentralizada. Em algumas áreas eles têm uma concentração maior, como no caso da Leopoldina, é mais restrita, a gente amplia um pouco mais, mas essa área é a mesma distribuição da Secretaria Municipal de Educação inclusive, na compreensão de que a Educação é o princípio do crescimento de uma cidade. Anteriormente, não era. Tinha uma diferença na 2ª CAS, que era a área da Zona Sul, nós trabalhávamos com 2.1 e 2.2, dividindo Zona Sul da área da Tijuca, mas por entender justamente que a Educação é o princípio do crescimento, a Secretaria Municipal de Assistência Social começa a trabalhar pautada também nessa divisão. A Saúde também está estudando, são 10 áreas que a Saúde trabalha hoje.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) - As mesmas?

A SRA. SUBSECRETÁRIA CÁTIA DINIZ – Não, há uma distinção. Não posso falar pelas secretarias, mas um pouco pelo que a gente discute na macrofunção. O que acontece é que algumas secretarias trabalham mais com a definição de unidades de atendimento. A Secretaria Municipal de Assistência Social tem menos unidades de atendimento. Então, ela tem-se concentrado muito mais na questão da vulnerabilidade daquelas áreas do que na unidade de atendimento. Ela tem um total de 48 unidades. Isso também não quer dizer, a gente não entende que é uma secretaria que precisa ter 100 unidades de atendimento. A gente entende que o princípio do atendimento é a descentralização, que você possa ter uma sede mas que você possa estar com o foco dentro da comunidade.

Tentando trabalhar um pouco dentro dessa lógica, nós trabalhamos com 10 igualados à Educação.

(Retorna aos slides)

Então, a 10ª, que é Santa Cruz, 14%.

É imperativo que hoje o número de mulheres responsáveis por suas famílias é um número crescente, que continua; então dentro dessa base de dados, são

identificados 92% sexo feminino enquanto responsáveis legais por essas famílias e 8% do sexo masculino.

Acho que vale a pena mencionar ainda que essas famílias onde foram identificados sexo masculino enquanto referência, trata-se no caso de falecimento da mulher na família, mora com a mãe, então tem um pouco essas características.

Nós fizemos ainda um levantamento para entender por que, Sr. Presidente e senhores e senhoras aqui presentes, trabalhar com a ausência significa compreender também as origens. Para você entender por que da ausência de documentação, por que das dificuldades das relações familiares, que ela passa por uma concentração também de dificuldades regionais, de trânsito, a Cidade do Rio de Janeiro ainda trabalha com essa questão da imigração, então a gente tem uma base de dados de pessoas que nasceram nessa base de 84%; só que nesses 84% você tem um número significativo de crianças, também, que é a maior concentração das informações, porque cada família tem em tomo de quatro a cinco membros, dois adultos e os demais, crianças. Então, você tem uma concentração. Mas quer dizer que a Cidade do Rio de Janeiro tem ainda famílias vulneráveis e necessitando de um olhar diferenciado por esta Prefeitura e também da Bahia, Espírito Santo, Maranhão, quer dizer, tem uma concentração do Nordeste significativa, que a gente verifica que está, inclusive, naquela região da 7ª CAS, que pega Rio das Pedras. Isso é um pouco o que estamos identificando. Mas dá para termos numa idéia de que a Cidade vive ainda enquanto recebedora de famílias de outros locais.

Aqui a distribuição por faixa etária, que eu falava justamente da concentração muito maior de crianças, adolescentes e jovens, que vai dar aquela concentração de pessoas nascidas na Cidade do Rio de Janeiro, então de crianças, 26,01%; de adolescentes, 25,35%; de jovens, 10,95%; adultos e idosos ficaram com 36,21 e 1,49%, que não dá nem a metade dessa base de dados.

Fizemos um estudo ainda para entender que ausências trabalhar e por que isso ocorre na questão da renda, no recorte de renda. Nós identificamos, então, uma concentração de 64% - isso é um dado importante - de famílias em extrema pobreza, ou seja, que têm uma renda per capita compreendida entre 0 e 60 reais. Então, como a família pode ter garantia e autonomia com essa renda, não é? Há 29% em situação de pobreza, que vai de 60,01 a 120 reais de renda, uma situação um pouco melhor ao que a gente está apresentando, mas isso também não significa uma concentração financeira desse grupo de pessoas, que são 7%, indo de 120,01 a 175 reais per capita.

Importante é frisar que esses números que estamos mostrando essa renda, é dado pelo decreto que define o Programa Bolsa Família. Estamos trabalhando com o padrão nacional, o país inteiro está trabalhando com esse recorte de renda. Isso é importante também na hora de discutir as questões da Cidade.

Esse é um dado que nos choca muito, porque define a quantidade de pessoas por domicílio. Temos uma média, que já é estudada há algum tempo, de 26%, de quatro pessoas por domicílio, mas temos também 1%, que é um total de 960 pessoas, com nove pessoas morando por domicílio. Isso é uma concentração significativa.

Embora se discuta que não há zona rural na Cidade, confirmamos que há sim. A Secretaria Municipal de Assistência Social vem trabalhando essa questão da

agricultura familiar na região de Guaratiba e Santa Cruz, com possibilidade de autonomia. A Prefeitura tem investido na agricultura familiar que embora com um dado de 0,37%, é um dado relevante também. Não dá para a Cidade não compreender que, mesmo em uma área menor, tem característica de área rural.

No tipo de domicílio, é importante também colocar essa entrevista do Cadastro Único. Não é uma entrevista policial, não é um policial conversando com uma pessoa, é uma entrevista entre um profissional da área social com uma família. Então, esses dados nem sempre são comprovados, eles são verbalizados por essa família. E a idéia também não é confrontar a realidade da informação porque temos a informação que essa família está trazendo, a possibilidade de compreender como ela enxerga a vida dela, como ela enxerga esta Cidade.

Por esses relatos, nós temos a concentração de 85,34% de casas, 5,12% de apartamentos, 7,94% de cômodos, que a gente acredita que sejam aquelas vielas, e outros, que é um pouco de tudo que existe pela Cidade. Para compreender o que são essas moradias, fomos estudar com eles como é essa moradia, se é própria ou não, etc. Então, temos um relato de 60,42% de imóveis próprios. Temos feito algumas entrevistas familiares para compreender o que elas chamam de próprio. Próprio muitas das vezes é aquela casa em que ele está morando, que o outro emprestou para ele, ou que vem de família, não necessariamente adquirida por posses próprias. Tem ainda o alugado, 12,10%, que é em torno de 175 reais mensais. Tem o arrendado, cedido, invasão, 4,87%; financiado, 0,64%, porque esse cadastro tem ainda servidores públicos, pois não há proibição de que um servidor público possa ingressar no Cadastro Único ou no Bolsa Família. Se esse servidor público, seja ele da esfera que for - municipal, estadual ou federal -, comprovar que a renda dele se enquadra no previsto pelo Programa, ele tem direito também.

Nesse dado da situação habitacional, o que nos interessa num primeiro olhar é o que é invasão, porque isso significa dizer que o local pode estar desprovido inclusive de questões básicas, como luz, como água, saneamento básico, e de renda. Nós identificamos uma concentração maior na 7 CAS, que é a área da Barra da Tijuca, de Rio das Pedras, de Vargem Grande, da Cidade de Deus. Sérgio é nosso analista de sistemas, é a pessoa que mais conhece o cadastro. A invasão notifica e na Zona Sul, dentro do cadastro, é menor.

Tipo de construção: a gente quis entender de que era feita essa casa. Nesse relato, temos 94,63% feitos de tijolo e alvenaria, mas isso não é garantia de que seja uma casa embossada, uma casa com vários cômodos, com quarto, sala, cozinha e banheiro, mas sim que é uma casa feita de alvenaria. Se observarmos a Cidade do Rio de Janeiro da década de 90 para cá, não precisa ir nem muito distante, constatamos um crescimento, mesmo nas áreas mais favelizadas, do tipo de moradia de alvenaria. Isso de fato é uma constante.

Mas há um dado que estamos investigando mais de perto, que é de 0,20% de casas feitas com material aproveitado. De tudo que viu, foi aquilo que fez a construção da casa. E a concentração disso está na 6ª CAS, naquela área de Jacareí, Guadalupe, justamente aquela área onde há de fato essa concentração. Pode ser proveniente da Ceasa inclusive, a possibilidade de aquisição de vários tipos de material.

Número de cômodos. Esse também é um dado importante, porque reflete as relações de família, porque a família acaba convivendo num único ambiente, lugar onde acontece tudo naquela casa. Nós temos na Cidade do Rio de Janeiro, dentro dessa base de dados, um total de 38,8% de famílias com quatro cômodos, morando em imóveis de quatro cômodos; 20,89 com três cômodos, mas tem também uma concentração de 3,81% residindo em um cômodo. Estamos abrindo esse dado, que é importante, para saber onde está essa concentração e onde é que a Secretaria e a Prefeitura precisam, inclusive, focar a sua atenção através de novas políticas sociais.

Tipo de iluminação, encontramos 0,03% de casas ainda com velas. A Secretaria solicitou que uma Assistente Social fosse até uma dessas casas, e de fato é isso que ocorre. Não foi somente verbalizado, foi constatado que a casa é feita de material reaproveitável. Imaginem a situação insalubre, indigna de moradia dessa família e ainda com vela.

O relógio comunitário 5,12%; sem relógio 18,16%.

Centro de abastecimento de água, nós identificamos uma margem boa de rede pública, 92, 82%, mas achamos ainda 7% de domicílios convivendo com água de poço, nascente e outros tipos. Por incrível que pareça, há grande número de famílias ainda com água sem tratamento, até sem cloração. Quando vimos esse dado, nós pensamos assim: interessante que as pessoas ainda usem cloração. Isso significa conhecimento do que é importante para a saúde delas, elas ainda estão clorando essa água. Não é o melhor, de fato, mas isso significa que obedecem o que se ensina, mas têm que ter mais informação. O papel do Governo, o papel nosso é a garantia do tratamento da água, a possibilidade de melhorar essa situação. A concentração desses domicílios sem tratamento, que está na área de Santa Cruz e que é a 10ª CAS. O escoamento sanitário, a gente o tem a céu aberto 1,27%, vala 4,64%, fossa 4,25% que inclusive bate com a informação anterior do tratamento de água. Provavelmente as mesmas casas, localizadas naquelas mesmas regiões, é onde se tem a maior concentração que está na área de Santa Cruz como a gente tinha apontado anteriormente. A destinação do lixo do Rio de Janeiro, que tem um bom sistema de coleta de lixo, através da Comlurb, numa concentração de 95,3% de lixo coletado. A gente está com olhar para isso, mas a cidade vem apostando e tem uma garantia significativa nesse tipo de serviço, através da Comlurb.

Isso é um pouco do diagnóstico, é um diagnóstico inicial que a Prefeitura está fazendo através da Secretaria Municipal de Assistência Social. Ele, inclusive, Sr. Presidente, serve à Prefeitura como um todo, porque trabalha justamente com esse recorte de tudo que vem acontecendo na Cidade do Rio de Janeiro. A Secretaria Municipal de Assistência Social já apresentou, inclusive numa Audiência aqui na Câmara, esse estudo. Eu trouxe um jogo desse diagnóstico que vou entregar para o senhor, e vou deixar disponível aqui para os demais Vereadores e para quem tiver interesse ainda de conhecer, de receber, mas acho que é importante também colocar que esse é um diagnóstico que a Secretaria de Assistência Social identificou, com base nesse cadastro feito com situação de extrema vulnerabilidade. Mas para trabalhar com isso, ela vem trabalhando na Cidade do Rio de Janeiro, inicialmente com foco de família que já é uma prática constante e apolítica de Assistência Social, já vem apontando isso, e a cidade só

reforça a sua iniciativa nesse aspecto de que o atendimento tem que ser por família. Atender um indivíduo significa garantir algumas ausências particulares, mas quando você compreende aquele indivíduo no conjunto da família, você promove autonomia ou crescimento.

É isso que a Secretaria vem fazendo atualmente, essa construção. Independente disso os programas passam por ações de gênero, fortalecimento da mulher, programa de numeração, e nós levaremos o dia aqui explicando. Fica disponível o “site” da Prefeitura: [www.rio.rj.gov.br](http://www.rio.rj.gov.br), onde tem o detalhamento de todos os programas. Tem programa também para a juventude, pois a Secretaria fez uma aposta na pactuação com o Governo Federal a respeito do PRO-JOVEM, que é um programa justamente para aquele jovem que saiu da escola e que não tem mais a possibilidade de fazer o ensino no horário regular, além do programa da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para o jovem adulto, uma possibilidade de ampliação desse serviço também através do PRO-JOVEM.

A gente, hoje, tem na Cidade do Rio de Janeiro um total de 36.000 jovens participando do programa PRO-JOVEM, que vai desde o ensino fundamental, a possibilidade desse diploma, mas também a transferência de renda que é em torno de R\$ 100,00 para garantir o acesso dele, como possibilidade de um estímulo a ele e que essa família seja agregada nos demais programas.

A Secretaria trabalha, ainda com um programa chamado “Conversando é que a Gente se Entende” com uma porta de entrada e um espaço aberto para que a população possa está indo e discutindo as suas principais ausências, reclamações, inclusive, porque além da ouvidoria, a gente precisa de um canal aberto dentro dessas comunidades para garantir esses serviços. Temos ainda, o Microcrédito, que é chamado de “Fundo Carioca”, para possibilitar a garantia daqueles que fazem parte da Escola Carioca de Gestores Comunitário, de Empreendedores Comunitários que a Secretaria qualifica junto com a Obra Social da Cidade do Rio de Janeiro, para que possam ter a garantia de ao final do curso montar o seu negócio. O senhor mencionou a questão da informalidade. Ainda na perspectiva de uma integração, como diz aqui na mensagem do Prefeito: “Estabelecer parcerias com organizações e sociedade civil”, a Secretaria tem uma parceria com uma fundação de um banco que co-financia um programa chamado “Das Ruas para a Empresa”, que é um programa para camelôs, onde a gente já fez dois pilotos, e está investindo agora num aumento nesse atendimento, onde a gente explica que aqueles que são camelôs, que trabalham com o material lícito, é importante ressaltar isso, podem ter a possibilidade de serem qualificados no mercado de trabalho, e está tendo a garantia.

Todos os jovens que fazem parte desse programa “Das Ruas para a Empresa”, além da qualificação profissional, é uma determinação nossa de que essa instituição possa garantir a eles empregabilidade no final do curso.

Eu me lembro de que uma vez estávamos discutindo numa reunião, onde uma mulher, num programa, declarou: “Não, eu já participei do curso, e a garantia?” Então, a gente discute no programa “Das Ruas para a Empresa” a garantia da empregabilidade, da qualificação, mas também o fato de que o mercado possa estar absorvendo esse público. PET para garantir a possibilidade e a redução do trabalho infantil, é uma discussão ainda, e algumas vezes notamos pessoas discutirem essa ampliação da meta do trabalho infantil, mas eu diria que a nossa

expectativa não é de ampliação de meta. É que ela possa diminuir, e a cidade possa estar trabalhando de fato essa família, e não somente essa criança ou jovem que esteja em situação de rua, com autonomia de fato. Que criança possa estar estudando, que o jovem possa estar no PRO-JOVEM ou no PAI, PEJA e que os seus pais possam estar empregados.

Aumentar o número de metas do PEJA não significa atendimento à população de crianças, trabalho infantil, significa trabalho. Diminuir e trabalhar um estímulo desse, é a qualificação dos profissionais que são da Prefeitura, e para isso a Secretaria criou a Escola Carioca, em parceria com algumas Universidades, quem dá aula são professores de universidades convidados pela Prefeitura para que se possa está discutindo justamente o que a Universidade está discutindo ainda, e possa trazer para os nossos servidores. São cursos de curta duração, mas de atualização para esses servidores e profissionais, a garantia ainda da diminuição dessas crianças e desse trabalho infantil, e ainda na busca da autonomia, passa ainda pela questão da memória que a Secretaria tem estimulado e que está agora no 6º curso de monografia para servidores municipais, para que eles possam, inclusive estar trazendo para o nosso cenário o que eles estão observando, o que a Universidade discute, o que a Academia discute, o que eles estão observando no dia-a-dia deles.

Esse curso de monografia é um desafio que a Prefeitura vem travando com premiação financeira, inclusive porque a gente quer assegurar que esse profissional tenha esse prêmio. A valorização disso é importante. Estamos hoje na 7ª conferência, no ano da Conferência Municipal no país, hoje, inclusive estamos com abertura às 18 horas, e estão inclusive, convidados a participar, se tiverem interesse. Estamos trazendo profissionais de Brasília, porque a gente entende que é necessário que o Governo Federal conheça também um pouco da realidade da cidade, o que os servidores daqui estão discutindo, o que a sociedade daqui está discutindo, propondo, intervindo para o crescimento da cidade.

Enfim, temos um número significativo de programas e projetos sociais, de fato. Infelizmente não trouxe, quis garantir que vocês tivessem conhecimento do diagnóstico, em que a Secretaria está se pautando para o atendimento. O Secretário queria o conhecimento dos senhores de que a Prefeitura vem investindo em servidores públicos, servidores de carreiras, isso é importante para a gestão e para a cidade, porque não fica se inventando roda a cada ano, porque o profissional que está ali, é profissional que conhece, já viu o que é factível e o que não é factível, que tenha a sua rede, porque trabalha em rede é uma das discussões que a Secretaria vem fazendo na Prefeitura do Rio de Janeiro. Trabalhando com a sociedade civil, com instituições privadas, mas o Governo concentrando, e com a primazia do conceito de fato, da gestão da política e dos programas sociais na Cidade do Rio de Janeiro. O que o Secretário queria garantir hoje, nesse seminário, senhor Presidente, senhores e senhoras presentes, é que vocês pudessem ter acesso ao que é o diagnóstico social da Cidade do Rio de Janeiro, qual é o perfil social das pessoas que aqui residem e que são atendidas com foco principal pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Nós é que agradecemos a senhora Cátia Diniz, Subsecretária Municipal de Assistência Social.

Franqueio a palavra para quem dela queira fazer uso.

O SR. JOSUÉ SETTA – Senhor Presidente, hoje estou falando muito, porque foi um dia bom para mim. Porque uma das poucas vantagens quando a gente vai ficando de cabelo branco é que a gente vai acumulando um passado maior que os outros mais novos, e na minha trajetória passei no Governo Federal pela Assessoria de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Econômico, e fui Secretário-Geral do Ministério da Ação Social. Embora não seja da área, porque sou Engenheiro, mas sempre trabalhei em projetos na área social. Fiquei muito satisfeito com a palestra que ouvi agora da Subsecretária, e gostaria de parabenizá-la.

Por incrível que pareça, assisti a todas as palestras na semana que passou, e foi a primeira em que começaram falando sobre diagnóstico, porque precisamos resolver e conhecer o problema.

Eu gostaria então, de fazer duas perguntas à Subsecretária: que tipo de ação está sendo praticada no sentido de trabalhar essa questão da organização das comunidades ou das famílias? E como a Secretaria tem agido no sentido de incorporar o terceiro setor nessas ações junto à sociedade?

A experiência que tivemos com o terceiro setor foi muito boa e, diga-se de passagem, independente de cores partidárias. Acho que merece destaque, no meu ponto de vista, a ação da ex-primeira-dama, Ruth Cardoso, que deu muita força ao terceiro setor. Sabemos que há distorções, mau uso. Não discuto isso, mas um terceiro setor bem organizado, as ONGs bem representadas, são um braço importante na operação de políticas públicas.

Então, eu gostaria de saber se os senhores estão trabalhando com isso e de que forma. E, mais uma vez, parabenizá-la.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) - Muito obrigado, Professor.

A SRA. SUBSECRETÁRIA CÁTIA DINIZ - Professor, o que a Secretaria vem fazendo hoje, inclusive para trabalhar junto com o terceiro setor, é a co-gestão dos programas sociais, inclusive das unidades de serviço de atenção primária às famílias. A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro tem um órgão de controle e uma legislação bem presente em nível de controle, que nos traz a possibilidade da alternância das instituições do terceiro setor. Nessa co-gestão - isto é importante -, as ONGs, as instituições do terceiro setor que fazem parte hoje da rede credenciada da Prefeitura do Rio de Janeiro só podem ter no máximo, 6 convênios por Secretaria. Isso nos dá a garantia de que possa haver uma expansão dos serviços. Uma outra característica desse trabalho com a Prefeitura é que essa instituição tenha no mínimo 5 anos de serviço, para garantir que ela tenha construção, “know-how” e esteja investindo de fato nisso. E uma outra garantia é a de que o objetivo dessa instituição se coadune com o objetivo do convênio dela.

Então, o que o Secretário, o que a Prefeitura vem fazendo, em nível de terceiro setor, é a co-gestão dos programas sociais. Instituições como, por exemplo... Não vou citar o nome de instituições, privilegiando uma em detrimento de outra, mas temos feito com que os centros de acolhimento a idosos, a crianças, a jovens, assim como a qualificação profissional, passem por um edital, por um concurso. À medida que a instituição é avaliada por esse grupo de servidores que fazem parte de uma banca de seleção, ela é acompanhada, inclusive, para discutir e propor à Secretaria alternativas e metodologias de controle e supervisão dos serviços. Isso para a Secretaria e para a Prefeitura é fundamental. Porque você começa a discutir com um corpo estranho, mas presente nesta cidade, que também promove o crescimento e desenvolvimento. Então, hoje, o que temos desenvolvido em nível de trabalho com o terceiro setor são as parcerias e a co-gestão dos programas institucionais da Cidade do Rio de Janeiro.

Com relação ainda à formação de liderança comunitária, é essa a escola, que eu convido o senhor a conhecer. É interessante o que temos discutido lá. Discute-se mercado de trabalho, mas discute-se também o que é hoje a sociedade, como está constituído o Poder Público. Isso é importante, senão as pessoas que fazem parte desses grupos, que são os líderes comunitários, não vão saber a quem e em que momento recorrer, solicitar, buscar os serviços e essas parcerias. Funciona ali no prédio Rinaldo Delamare. Não sei se o senhor conhece o Centro de Cidadania Rinaldo Delamare, na Rocinha. Funciona ali a escola. Acho que é importante. Depois deixo o meu telefone com o senhor, para que possa conhecer o serviço.

Temos trabalhado justamente com a perspectiva de que não basta você qualificar e profissionalizar o líder comunitário em direitos, mas em serviços e deveres também. O papel dele é primordial na sociedade, na comunidade, porque ele interfere, muitas vezes podendo mobilizar e desmobilizar um serviço importante para aquela comunidade.

O que a Secretaria vem fazendo é isso.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) - Bem, tem mais alguém inscrito ou que queria fazer uso da palavra?

Então, quero agradecer a todos pela presença e ceder a palavra, para complementação, à Sra. Subsecretária Municipal de Proteção Social Básica, Sra. Cátia Diniz, a quem eu agradeço pela presença e pela brilhante explanação, brilhante mesmo. V.Exa. tem uma palavra fácil e conhece o assunto efetivamente.

A SRA. SUBSECRETÁRIA CÁTIA DINIZ - Obrigada.

Eu gostaria de parabenizar V.Exa. pelo Seminário, porque é importante. Que bom que a Universidade está aqui, Professor. Que bom que outros segmentos também participam, vêm conhecer. Isso demonstra um pouco o que a Prefeitura está fazendo. Se você buscar informação, não acessa o que a Prefeitura está fazendo na cidade. Isso é importante, embora tenhamos o investimento e a divulgação dos serviços.

Agora, eu gostaria de encerrar esta fala, e o Secretário me pediu que... S.Exa. não gostaria de ter passado por essa crise, acho que ninguém gostaria,

mas, quando você assume compromissos públicos, fica sujeito a essas questões. O tema da Secretaria agora é uma aposta em segurança social, porque do jeito que estamos vivendo, atualmente a linha mestra da Secretaria é a construção da segurança social. Para isso, ela vai revestir-se junto com as demais Secretarias, dessa ação intersetorial.

O CD está ali. Vou deixar à disposição todo o material para os senhores presentes.

Uma boa-tarde.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) - Eu é que agradeço a todos pela presença e declaro encerrado este Seminário.

(Encerra-se o Seminário às 17h17)